



N.º de Entrada **326641**

PCP

Classificação

01/03/02

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Data
09/09/10

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 4061 /x (4 .ª)

| |
|----------------------|
| Expeça-se |
| Publique-se |
| 2009/09/11 |
| O Secretário da Mesa |

Henrique Santos

Assunto: **Evolução da situação social da empresa Rohde, em Santa Maria da Feira**

Destinatário: **Ministro das Finanças e da Administração Pública**

*Por determinação de S. E. X. P. A. P., à
Sua Secretária da Mesa*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

09.09.10

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento das conclusões da reunião tida entre a Administração da Rohde e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em sessão da respectiva Assembleia Municipal no passado dia 8 de Setembro de 2009, após questionamento pelo PCP sobre a situação social desta empresa e dos seus 984 trabalhadores.

No decurso de tal reunião foi informado que teria sido o próprio Governo a sugerir o recurso ao lay off pelo período de 2 meses – curiosamente coincidentes com o período eleitoral - e o pedido de insolvência.

Foi ainda revelada uma proposta que implicaria a atribuição por parte do Governo de sete milhões de euros, com a contrapartida do despedimento de 50% dos trabalhadores e com a entrega dos equipamentos da empresa a um fundo de investimento privado.

Assim sendo, e alegando a empresa não poder garantir a manutenção dos restantes postos de trabalho, os trabalhadores, no caso de despedimento, não poderiam sequer reclamar os seus créditos e a indemnização uma vez que a empresa deixaria de ter património.

Ora, um Governo que afirma estar a relançar a actividade económica e a apoiar o emprego, a resposta que tem para estes 984 trabalhadores e suas famílias é o lay off e o desemprego e a entrega da empresa a um fundo privado.



Tal solução é inadmissível e atentadora dos direitos destes trabalhadores que durante toda uma vida contribuíram para o desenvolvimento do município, do distrito e do país.

*Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., **ao Senhor Ministro das Finanças e Administração Pública,** resposta às seguintes perguntas*

- Confirma esse Ministério as soluções atrás apontadas?
- Como explica esse Ministério a ausência de investimento do Estado nesta empresa e nesta indústria por forma a salvar os postos de trabalho de 984 trabalhadores e do seu rendimento, bem como do rendimento das suas famílias?
- Como explica esse Ministério os avultados fundos concedidos a outras empresas do mesmo Município, nomeadamente do Grupo Amorim, para criação de postos de trabalho, compromisso rasgado por este Grupo sem qualquer consequência ou acção por parte do Governo, e que a solução para estes trabalhadores seja o lay off e despedimento, sendo que a maioria não conseguirá qualquer outro emprego dado que são novos demais para a reforma e velhos demais para trabalhar?

Palácio de São Bento, 10 de Setembro de 2009

Deputado

Bernardino Soares